

Ref. da noticia 1480

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Brasil	06-06-2006	Folha de São Paulo	www.folha.uol.com.br

Título

Presidência da República condena "ato de vandalismo" contra Câmara

Texto

Em nota divulgada nesta terça-feira, a Presidência da República condenou o "ato de vandalismo" de integrantes do MLST (Movimento pela Libertação dos Sem Terra), que invadiram a Câmara dos Deputados, deixando 20 feridos, e paralisaram os trabalhos da Casa.

"A Presidência da República manifesta solidariedade e apoio ao Congresso Nacional diante da invasão das suas dependências em um grave ato de vandalismo cometido contra o Parlamento no dia de hoje", diz a nota.

Segundo o governo federal, a agressão ao Congresso Nacional, espaço público para as manifestações legítimas e pacíficas da sociedade, "fere os princípios da democracia e deve ser tratada com o rigor da lei".

"A Presidência da República está segura de que os movimentos sociais brasileiros não se identificam com atitudes de violência cometidas contra instituições cuja liberdade e soberania foram tão difíceis conquistar."

Ref. da noticia 1476

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Brasil	06-06-2006	Folha de São Paulo	www.folha.uol.com.br

Título

Polícia contabiliza a participação de 539 sem-terra em invasão da Câmara

Texto

O número de sem-terra envolvidos na invasão da Câmara dos Deputados pelo MLST (Movimento pela Libertação dos Sem Terra) foi alterado. Pelos cálculos da Polícia Militar, que transferiu os manifestantes para o Ginásio de Esportes, 539 sem-terra participaram da invasão. Desse total, 42 eram menores.

Os 497 maiores foram autuados pelos crimes de formação de quadrilha e destruição de bem público. Seis líderes do movimento estão presos no DPE (Departamento de Polícia Especial) e foram autuados também por tentativa de homicídio.

O ambulatório da Câmara registrou o atendimento de 41 pessoas. Desse total, 26 tiveram ferimentos considerados graves e 15 fizeram curativos. Um dos feridos, Normando Fernandes, do setor de coordenação de logística do departamento de Polícia Legislativa, foi internado na UTI do hospital Santa Lúcia.

A invasão, iniciada por volta das 15h desta terça-feira, começou pela entrada do Anexo 2, que fica próximo às comissões da Câmara. Em seguida, os manifestantes invadiram o plenário da Casa.

Durante o quebra-quebra, os manifestantes destruíram janelas, portas e mesas. Uma estátua do ex-governador Mário Covas foi derrubada e arremessada. Os sem-terra também viraram um automóvel, que seria sorteado e estava no saguão da Câmara.

Ref. da noticia **1502**

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Brasil	07-06-2006	Agência Brasil	http://www.radiobras.gov.br/

Título

Desigualdade social atinge menor nível desde os anos 60, aponta pesquisa

Texto

A desigualdade social atingiu o menor nível desde o Censo realizado em 1960. Essa é uma das conclusões destacadas de uma pesquisa inédita produzida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) que será divulgada amanhã (08). O estudo foi feito com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad - IBGE) - com dados de 2004 - e indica que o país vem avançando desde o início da década na redução das desigualdades entre pobres e ricos.

A pesquisa aponta também que, em 2004, a renda média do brasileiro cresceu 3,6%, enquanto a renda dos mais pobres chegou a crescer 14,1%. Elaborada pela FGV, em parceria com pesquisadores do International Poverty Centre da Organização das Nações Unidas (ONU), a pesquisa se chama Crescimento Pró-Pobre: O Paradoxo Brasileiro e será apresentada pelo professor Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

Em entrevista à Agência Brasil, Neri afirma que o levantamento mostra que a queda da desigualdade ocorrida em 2004 dá seqüência a uma tendência de melhora na distribuição de renda que vem ocorrendo desde 2001. "A última Pnad mostra que o bolo se tornou mais bem distribuído. Mas nos últimos dez anos o crescimento da renda para o total da população deu 'bolo' nos brasileiros. É uma situação até certo ponto paradoxal: neste período, em média, a renda da população brasileira, como um todo, caiu 0,63% ao ano; enquanto o rendimento da camada mais pobre chegou a crescer 0,73% per capita – ou seja: já descontado o crescimento populacional."

Ref. da notícia

1512

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Brasil	08-06-2006	Agência Brasil	http://www.radiobras.gov.br/

Título

MLST assume responsabilidade por ato político e culpa pessoas exaltadas por violência

Texto

O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) assumiu a responsabilidade política pela manifestação da última terça-feira (6) na Câmara dos Deputados, mas não pelos atos de vandalismo no Congresso. A informação foi dada hoje (8) por um dos líderes do MLST, Jutair Moraes, em entrevista coletiva à imprensa.

"Aqueles que cometeram excesso vão ter que pagar. Se é defensável ou não, são vocês que vão dizer. O que ocorreu, ocorreu. Tivemos problemas, mas a responsabilidade é cada um", disse.

Moraes afirmou que a coordenação do MLST não planejou os atos que causaram prejuízos de quase R\$ 100 mil ao Congresso. "A nossa ação era para ir até o salão de festas [Salão Verde], entregar a pauta de reivindicação, entrar no ônibus e voltar para os estados", afirmou.

Ele explicou que a confusão começou porque já havia uma tensão com os seguranças da Casa por causa de outras manifestações no mesmo dia. "Numa ação que envolve um grande número de pessoas, há o risco de ter problemas com as pessoas mais exaltadas, que não conseguem se controlar".

A fita divulgada sobre o planejamento da manifestação, segundo o líder do MLST, não mostra em nenhum momento uma ordem como "entrem e quebrem tudo". Ele disse que as pedras e barras de ferro que aparecerem em imagens jornalísticas vieram de uma obra de construção ao lado da entrada do Anexo 2 da Câmara dos Deputados. "Não estamos justificando os excessos, as pessoas do movimento que tiverem culpa vão ter que pagar", afirmou.

Moraes esclareceu também que não existe hierarquização dentro do movimento ou mesmo uma única pessoa responsável pelo planejamento das ações. São 45 membros da coordenação nacional espalhados pelos estados no país que gerenciam as finanças e as manifestações do MLST. "Bruno Maranhão não coordena o movimento, ele é da executiva do PT. Ele é apenas um dos membros da militância do MLST", conclui.

Ref. da noticia

1462

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Cabo Verde	03-06-2006	A Semana	www.asemana.cv

Título

Sonangol disposta a ajudar Cabo Verde na busca de petróleo

Texto

Os rumores de que poderá existir petróleo ou gás natural nas águas de Cabo Verde vêm ganhando cada vez mais força. Mais agora que o presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Manuel Vicente, admitiu essa possibilidade à comunicação social cabo-verdiana.

Na visita que efectuou esta semana ao arquipélago por ocasião da inauguração da sede da sua representante cabo-verdiana, a Sonangol Cabo Verde, Manuel Vicente admitiu a disponibilidade da empresa angolana em ajudar o governo de José Maria Neves em estudos para apurar a verdade dessa hipótese - "desde as pesquisas, estudos preliminares, até a produção", refere, destacando o conhecimento que os 30 anos de actividade concedem à Sonangol.

De acordo com aquele responsável, depois da descoberta de hidrocarbonetos, não só o petróleo, mas também gás natural, nas águas da vizinha Mauritània, nada impede que esse lençol se estenda às águas crioulas. Manuel Vicente deixou também a "quase certeza" de que a empresa vai criar uma unidade de refinaria de petróleo no país.

Para o PCA da Sonangol Cabo Verde, João da Silva Neto, o problema é que uma pesquisa do tipo custa quase tão caro quanto a própria exploração da matéria-prima, e o retorno não é garantido, pois o «resultado pode ser negativo».

Por isso aconselha a via de uma parceria com alguma grande petrolífera que esteja disposta a dividir os riscos, caso não se venha a encontrar nada, uma via que Angola já usou em situações idênticas.

Sobre o projecto de uma refinaria de petróleo em Cabo Verde, Silva Neto adianta que neste momento são apenas "ideias". "É um projecto do governo de Cabo Verde. A ter que acontecer, a Sonangol irá associar-se, desde que convidada para o efeito", diz. "Um convite que seria aceite de bom grado, em função dos estudos de rentabilidade que forem feitos...", realça.

O primeiro-ministro José Maria Neves, bem como o ministro do Petróleo angolano, Desidério Costa, preferem um discurso mais cauteloso. JMN admite que as informações de que o governo dispõe apontam para a possível existência de hidrocarbonetos em águas nacionais. E avança que o governo está "a trabalhar nesse sentido".

Embora não avance nada de concreto, JMN diz que "há um conjunto de acções que deverão ser desencadeadas nesse domínio, nomeadamente o estabelecimento de uma legislação na área do petróleo e as negociações para que se façam as pesquisas necessárias. Um assunto a ser tratado com "muita ponderação" pelo governo, aponta.

Ref. da noticia

1516

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Mozambique	08-06-2006	Notícias Lusófonas	www.noticiaslusofonas.com

Título

Patrões querem mais flexibilidade na contratação de estrangeiros

Texto

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) apelou hoje ao Governo para "tornar mais ágil", na futura lei do trabalho, a contratação de mão de obra estrangeira, devido à incapacidade dos nacionais em exercer algumas actividades.

Em conferência de imprensa sobre o actual processo de revisão da Lei do Trabalho, o director-executivo da CTA, que congrega os empresários moçambicanos, Sérgio Chitará, afirmou que a futura norma laboral deve ser mais sensível à contratação de trabalhadores estrangeiros para os postos onde os nacionais não têm qualificações.

"A crescente entrada de tecnologias de ponta em vários domínios produtivos contrasta com a relativa escassez de quadros nacionais especializados, pelo que o investidor deveria ter relativa liberdade neste aspecto", sublinhou Chitará.

Os patrões criticam o facto de o limite de 10 por cento de mão de obra estrangeira a contratar para uma empresa de apenas dez trabalhadores incluir também o investidor e gestores, pois entendem que "essa restrição obriga as empresas a contratar trabalhadores nacionais inaptos para funções que podiam ser exercidas por estrangeiros habilitados".

A CTA rejeita o argumento de que a liberalização das cláusulas da lei de trabalho que regulam a contratação de mão obra pode diminuir as oportunidades de emprego para os moçambicanos.

"Simultaneamente à contratação de estrangeiros, a lei impõe que sejam formados os trabalhadores moçambicanos, para suprir as vagas de tarefas mais complexas, uma exigência que os empregadores estão dispostos a acatar", sublinhou Sérgio Chitará.

Além da questão da contratação da mão de obra, as entidades patronais defenderam igualmente a diminuição dos dias de férias e das indemnizações nos despedimentos, pois entendem que a rigidez da actual lei nesta matéria é responsável pela diminuição do investimento na economia moçambicana.

Ref. da noticia

1487

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Portugal	07-06-2006	Jornal de Notícias	jn.sapo.pt

Título

Portugueses constroem maior central eólica

Texto

O grupo português HLC planeia construir a maior central eólica do mundo, com capacidade para produzir 300 megawatts, no Estado do Ceará, afirmou o responsável pela empresa no Brasil. Armando de Almeida Ferreira avançou à agência Lusa que a construção da central de Volta Redonda já obteve o licenciamento das autoridades ambientais, mas que depende agora da concessão de financiamento por parte do governo brasileiro.

"Queremos que, pelo menos, 80% do projecto seja financiado pelo governo brasileiro, sendo que o restante será de capital próprio", disse. A construção da central de Volta Redonda insere-se num conjunto de oito projectos eólicos que o grupo português estuda construir no Brasil, num investimento de 833 milhões de euros.

O grupo aguarda, também, a definição do regulador brasileiro quanto às futuras regras para comercialização das energias renováveis.

Ref. da noticia

1473

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	04-06-2006	Lusa Timor Leste	www.lusa.pt

Título

Kuluhun em festa, com vivas a Portugal, na chegada da GNR a Díli

Texto

Centenas de timorenses receberam hoje com gritos efusivos, bandeiras e cachecóis de Portugal os 120 militares da GNR que chegavam ao bairro Kuluhun, na entrada em Díli, uma recepção que revela a confiança da população nos agentes portugueses.

Na ponte de Becora, jovens e velhos, os primeiros com bandeiras e gritos de Viva a Portugal, os outros em palmas e animação, acolheram a coluna que partiu ao início da tarde de hoje de Baucau, 120 quilómetros a leste de Díli.

à semelhança do que já tinha ocorrido na passagem por Manatuto e Metinaro, no caminho para a capital, também em Díli a população ladeava as ruas, saudando os militares.

Espantados, sem perceber o que se passava, seis soldados australianos, em patrulha na zona, param para ver a coluna passar e um deles, em dúvida, perguntou ao timorense mais próximo: "o que é isto?".

"São os soldados de Portugal", disse o jovem, em inglês.

Maria da Piedade, bebé ao colo, furou a multidão, e conseguiu aproximar-se o suficiente de um dos carros da coluna para entregar a um militar português um ramo de "bungha", uma flor rosa tradicional de Timor-Leste.

E emocionada disse: "estou muito alegre porque os soldados de Portugal estão agora em Díli. Agora vai haver paz".

De trás, mais flores caíam sobre as carrinhas da coluna, formada por viaturas da cooperação portuguesa, camiões de caixa aberta carregados com o equipamento da GNR e carros e motas de timorenses que se juntaram na entrada em Díli.

Vítor, de seis anos, uma das dezenas de crianças que se juntaram à festa, traduzia outro sentimento que ecoa em Kuluhun:

"estou contente porque gosto muito de Portugal".

Manuel de Sousa, funcionário do Ministério da Saúde quis falar aos jornalistas, dizer que está "muito contente" e que "até hoje a segurança em Díli não estava garantida".

"Com a chegada da GNR tenho a certeza que todos vão voltar para casa", afirma.

E, com a certeza que os seus mais de 50 anos lhe conferem, pediu que os militares portugueses não sejam como os australianos, "serenos e meigos", mas tenham antes "uma atitude mais dura e severa".

"Duríssima mesmo. Estas lutas pelas cadeiras do poder deixam o povo em cheque", acrescentou um outro timorense, dentes vermelhos do betel.

Eduardo, por seu lado, explicou a esperança que a população de Díli deposita na chegada dos efectivos portugueses, não tanto pela eventual dureza da sua acção, mas antes porque "conhecem muito bem o país e, por mais grave que seja o problema, vão ajudar a resolve-lo".

O acolhimento em Díli traduz o entusiasmo que domina todas as conversas na cidade.

Residentes, governantes e expatriados juntam-se na expectativa de que a chegada do contingente

português possa fazer regressar a Díli, sem policiamento há quase duas semanas, a segurança suficiente para que as dezenas de milhares de desalojados possam voltar às suas casas.

Uma situação que, na opinião do major Paulo Soares, da GNR no terreno, "eleva os patamares de responsabilidade" da equipa de militares portugueses agora no terreno.

"Sentimos de facto essa ansiedade e uma enorme expectativa quanto à nossa chegada", disse à agência Lusa.

"Mas este é um contingente com muita experiência, quer ao nível de missões aqui em Timor-Leste, quer no Iraque. São militares habituados a lidar com este tipo de situações e que actuarão sempre dentro da sua capacidade técnica e operacional, e independentemente das ansiedades e das expectativas", frisou.

Ainda que grande parte do equipamento dos militares portugueses não esteja ainda no terreno, Paulo Soares garantiu que a partir do momento em que chegar a Díli, e ainda que esteja em fase de instalação, o contingente terá "capacidade de actuação".

"Não lhe posso dizer se será numa actuação com os 120 ou com um grupo mais reduzido, mas está preparado para actuar de imediato", frisou.

Esta é a segunda vez que a equipa de operações especiais da GNR actua em Timor-Leste, depois de uma missão de dimensão idêntica ter estado no terreno entre Fevereiro de 2000 e Junho de 2002.

Os militares portugueses estão em Timor-Leste na sequência de um pedido formalizado pelas autoridades timorenses a Portugal, Austrália, Nova Zelândia e Malásia para o envio de forças militares e policiais para apoiar na restauração da lei e ordem em Díli.

Nos últimos meses, Timor-Leste tem vivido os seus piores momentos de tensão, instabilidade e violência desde que se tornou independente, há quatro anos, na sequência da eclosão de uma crise político-militar que tem sido marcada por divisões no seio das Forças Armadas e da Polícia Nacional, e elevada tensão política.

Pelo menos 21 pessoas morreram e mais de 120 outras ficaram feridas na sequência dos confrontos marcados pela destruição de propriedade pública e privada e pelo saque de casas e edifícios públicos.

Ref. da noticia

1468

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	05-06-2006	Lusa Timor Leste	www.lusa.pt

Título

Deputados aprovaram por unanimidade apoio medidas de emergência

Texto

O parlamento de Timor-Leste aprovou hoje por unanimidade uma resolução de apoio às medidas anunciadas pelo presidente Xanana Gusmão para ultrapassar a crise político-militar.

O texto da resolução, subscrito pelas oito bancadas parlamentares presentes, manifesta "apoio inequívoco às medidas de emergência para ultrapassar a crise decretadas" pelo chefe de Estado a 30 de Maio passado.

A sessão plenária de hoje marcou o regresso do Parlamento ao trabalho dos deputados, depois de na semana passada os deputados terem sido obrigados a suspender as suas actividades devido à continuação dos confrontos violentos e saques registados na capital timorense, que provocaram desde 28 de Abril mais de 20 mortos, mais de uma centena de feridos e dezenas de milhares de deslocados internos.

A sessão plenária de hoje iniciou-se cerca de 30 minutos mais tarde, para garantir o quórum mínimo para funcionamento do parlamento.

Com 55 deputados presentes dos 88 que fazem parte daquele órgão de soberania, a sessão plenária foi marcada por intervenções acerca da mensagem que o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, dirigiu ao povo timorense e a apreciação e votação da resolução de apoio à declaração de Xanana Gusmão.

O texto da resolução salienta que "a ocorrência de tristes acontecimentos" em Timor-Leste "colocou em causa o normal funcionamento das instituições do Estado de Direito Democrático", considerando que a "jovem democracia política ficou em risco".

A "necessidade imperiosa" de execução das medidas de emergência deveu-se à urgência de "criar condições para o regresso à normalidade, garantir a ordem constitucional, o apoio humanitário às populações e assegurar a actuação das forças internacionais de defesa e segurança".

Ref. da noticia

1489

País	Data	Fonte	Ligazón
Timor Leste	07-06-2006	Lusa Timor Leste	www.lusa.pt

Título

PM Alkatiri acusa "sectores económicos" australianos e indonésios, saúda Portugal

Texto

O primeiro-ministro timorense acusa "sectores conservadores" australianos e indonésios de estarem "por detrás" da crise político-militar em Timor-Leste, elogiando a atitude de "política correcta e de solidariedade mais uma vez demonstrada por Portugal".

Em entrevista à agência Lusa, o primeiro-ministro Mari Alkatiri, que admite ser o alvo a abater no contexto da luta interna, aponta também o dedo a interesses externos, ressaltando contudo o papel da diplomacia portuguesa.

A resposta vinda de Lisboa, diz, "foi muito positiva, num misto de posição política correcta e, mais uma vez, de grande solidariedade para com o povo de Timor-Leste".

"Posso dizer que ultrapassou as nossas próprias expectativas a resposta que Portugal deu ao nosso pedido. Esperemos que gestos como este venham marcar cada vez mais o reforço das relações, não só entre governos, não só entre as hierarquias do Estado, mas também fundamentalmente entre os dois povos", disse.

"Veja a grande expectativa e a alegria com que o povo recebeu a GNR. Isso demonstra que há uma esperança, há uma expectativa, há uma confiança também. E isso é muito positivo", concluiu Mari Alkatiri.

Quanto ao papel da Austrália, o primeiro país a chegar com ajuda militar externa, o primeiro-ministro timorense vinca não ter razões de queixa do Governo liderado por John Howard, mas assume inimizades com os "interesses económicos" que actuam no país vizinho.

Perante as expectativas geradas em torno da exploração de petróleo no Mar de Timor, da exploração do gás natural, e de interesses geoestratégicos regionais, nomeadamente ligados à segurança marítima, Mari Alkatiri aponta o dedo a "interesses, sobretudo económicos, que gostavam de ver outro primeiro-ministro" em Timor- Leste.

"Posso garantir que, talvez por me conhecerem bem, pressão em termos de me dizerem 'ou fazes isto ou nós fazemos aquilo', nunca recebi. Pressão, no sentido de chantagem, nunca sofri", garantiu o governante.

"Agora, percebo que me faça essa pergunta porque há analistas internacionais a dizerem que tenho sido considerado um negociador muito duro dos litígios com os países vizinhos, particularmente com a Austrália. Quando se é primeiro-ministro e a última pessoa a decidir sobre o petróleo neste país, naturalmente está a colocar-se como alvo", esclareceu Mari Alkatiri.

"Reconheço que há uma certa antipatia por parte de alguns sectores australianos à minha pessoa. Não estou a dizer que (no governo australiano) gostem de mim ou que me achem simpático, mas também não posso, sem dados, dizer que a Austrália está por detrás disto, sem apresentar factos evidentes", esclareceu.

"O que eu tenho dito é que há sectores mais conservadores de alguns países que estão por detrás disto. Só assim é que se compreende que a imprensa australiana tenha sido tão militantemente contra a minha pessoa, deturpando e distorcendo tudo. Agora o governo australiano não. E o governo indonésio também não", concluiu Mari Alkatiri.

Alguma tensão diplomática entre Díli e Jacarta evidenciou-se esta semana após uma reportagem transmitida pelo principal canal televisivo de notícias na Indonésia, na qual Mari Alkatiri acusava "milícias" de estarem envolvidas no conflito.

Expressão essa que alegadamente se referia a grupos timorenses organizados mas que na região é conotada com as milícias indonésias que actuaram em Timor-Leste.

O comentário suscitou uma reacção do presidente indonésio, Susilo Bambang Yudhoyono que lamentou as declarações de Mari Alkatiri, admitindo que "poderiam criar um novo problema entre os governos da Indonésia e de Timor-Leste".

Mari Alkatiri explica: "nunca disse nada em relação à Indonésia, embora andem por aí a dizer que eu acusei a Indonésia. Pura e simplesmente nunca fiz essa acusação nem sequer tenho razões para isso. Criou-se essa ideia através de uma reportagem da Metro TV e eu já tive que chamar o embaixador indonésio para lhe explicar que isso não era verdade".

Contudo, também na Indonésia Mari Alkatiri deixa no ar a existência de "sectores" interessados na sua destituição.

"Logo no dia 28 de Abril, a Metro TV deu eco a uma mentira grossa, dizendo que eu tinha fugido do Hotel Timor, deixando os sapatos na rua. A que propósito? Aliás, nem sequer estavam cá. A partir daí foram sempre fazendo notícias contra a minha figura. Há, realmente, sectores conservadores contra a minha pessoa".

Também a posição do Vaticano, que declarou confiança no Presidente Xanana Gusmão, foi mal recebida pelo líder do governo timorense, que tem um litígio assumido com a Igreja local, adensado no ano passado pela decisão de decretar o ensino laico nas escolas de Timor-Leste.

"Com a Igreja timorense já tive litígios muito evidentes no ano passado. Encontrou-se como solução um gabinete de trabalho que tem funcionado, talvez não plenamente, mas tem funcionado. Vou encontrar-me no dia 20 de Junho com os dois bispos timorenses (Ricardo e Basílio Nascimento) no sentido de se definir melhor esta parceria Estado- Igreja".

As relações entre Governo e Igreja não são boas, mas Alkatiri entende haver ainda espaço negocial para entendimentos.

"Sinto-me um pouco chocado quando vejo a alta hierarquia da Igreja a fazer política, olhando para uma minoria que luta contra mim e dizendo que o povo todo já não gosta do governo. Agora, com a Igreja Católica em Timor-Leste o interesse do Governo é reforçar a parceria", garantiu.

Ref. da noticia **1518**

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	08-06-2006	Lusa Timor Leste	www.lusa.pt

Título

Coluna de 19 viaturas da GNR entrou em Díli às 8:00 (hora de Lisboa)

Texto

Uma coluna automóvel da GNR composta por 19 viaturas, seis das quais blindadas, entrou em Díli às 8:00 (hora de Lisboa), o que deverá permitir ao contingente de 120 militares portugueses ficar totalmente operacional a partir de sábado.

O equipamento destinado ao contingente da GNR enviado para Timor- Leste foi descarregado no aeroporto de Baucau, onde chegou num aparelho que aterrou às 00:52 de hoje (hora de Lisboa).

Entre o material que chegou agora a Díli contam-se 19 viaturas, seis das quais blindadas, seis de transporte de passageiros, quatro veículos todo-o-terreno, três pick-up e um atrelado de água.

Também chegou equipamento anti-motim e material de apoio logístico considerado indispensável para o subagrupamento Bravo, que entrou em Timor-Leste no domingo passado.

Com a chegada do equipamento e material o contingente de 120 homens da GNR deverá ficar totalmente operacional a partir de sábado, tinha afirmado terça-feira à Lusa o capitão Costa Carvalho, comandante da força da GNR.

A falta de material adequado tinha já impedido o contingente da GNR de intervir na manifestação anti-governamental de terça-feira passada em Díli.

Na quinta-feira, o brigadeiro Mark Slater, comandante das forças australianas em Timor-Leste, mas apresentado como comandante das forças multinacionais (Austrália, Malásia, Nova Zelândia e Portugal), tinha afirmado que os efectivos da GNR iriam actuar em toda a capital timorense logo que tivessem o equipamento necessário para levar a cabo o seu trabalho.

O acordo provisório multinacional alcançado quinta-feira em Díli, e já aprovado pelo governo português, dá à GNR o controlo exclusivo do bairro de Comoro, em Díli, durante uma fase transitória, com a sua área de actuação a ser progressivamente alargada à medida que o equipamento for chegando.

Ref. da noticia

1493

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	08-06-2006	Lusa Timor Leste	www.lusa.pt

Título

Conselho de Segurança reúne-se terça-feira para analisar situação

Texto

O Conselho de Segurança das Nações Unidas reúne-se terça-feira em Nova Iorque para analisar a situação em Timor-Leste, anunciaram hoje fontes oficiais da ONU.

Na reunião deverá ser analisado um relatório do Secretário-geral, Kofi Annan, sobre a futura presença da ONU no território para substituir a actual missão no território, a UNOTIL, cujo mandato termina no próximo dia 20.

Espera-se que Annan advogue agora a presença de um grande número de tropas e polícias da ONU em Timor-Leste para assegurar a paz e a estabilidade.

As Nações Unidas tinham vindo a reduzir a sua presença em Timor e no mês passado Annan havia proposto que a UNOTIL fosse substituída por uma "pequena representação integrada" por um período de 12 meses. Essa missão teria apenas 25 "conselheiros policiais" e 10 "oficiais militares de ligação".

A eclosão da violência pouco depois dessa proposta ter sido apresentada levou a que a 20 de Maio o Conselho de Segurança prolongasse por um mês o mandato da UNOTIL, aguardando por um relatório de Annan sobre a situação em Timor para decidir sobre o futuro envolvimento no território.

Mais tarde, a 25 de Maio o Conselho de Segurança "saudou" a decisão da Austrália, Portugal e Malásia de enviarem forças para Timor-Leste a pedido do governo deste país, não se comprometendo contudo directamente com a presença militar ou policial no território.

Um enviado especial de Annan, Ian Martin, deixou quarta-feira Timor-Leste após se ter deslocado ao território para analisar a situação, tendo afirmado antes de regressar que a ONU deverá agora aumentar a sua presença em Timor.

Antes da eclosão da violência, alguns países membros do Conselho de Segurança tinham indicado a sua oposição à continua presença de uma missão especial da ONU em Timor mas analistas consideram que o Conselho de Segurança não terá agora alternativa senão apoiar o fortalecimento da missão com forças militares e policiais.

Diplomatas na ONU afirmam que a organização terá que garantir o policiamento de Timor-Leste por "bastante tempo", mas não se espera que uma decisão nesse sentido seja já tomada na reunião de terça-feira.

Essa decisão só deverá ser tomada numa outra reunião, a realizar até final do mês, segundo as mesmas fontes.

Ogalus.info *versión íntegra*

Un servizo ofrecido polo
Observatorio Galego da Lusofonía (Ogalus)



<http://www.igadi.org/ogalus>

Coordenado por Ângelo Gonçalves Vicente

agoncalves@igadi.org

Tel.: (34) 986 35 72 38

Fax: (34) 986 35 72 38

O Ogalus é unha iniciativa do Instituto Galego de
Análise e Documentación Internacional (Igadi)



<http://www.igadi.org>